



## Senado busca meios de agilizar fim do voto secreto no Congresso

Para facilitar o consenso na aprovação, Renan Calheiros propõe análise prioritária para os casos de votação de perda de mandato parlamentar

**P**roposta que extingue o voto secreto no Legislativo federal, aprovada terça-feira pela Câmara, deve ser analisada dia 11 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto dos deputados se aplica a todas as votações do Congresso, proposta que não encontra consenso entre os senadores, pois há o temor de que fiquem expostos a pressão em alguns casos, como na análise de vetos presidenciais.

Como o fim do voto secreto em casos de cassação

de mandatos tem maior aceitação entre os parlamentares, o presidente da Casa pretende conseguir a aprovação de uma proposta mais específica sobre isso. O voto aberto para as demais decisões do Congresso será discutido pelas comissões e pelo Plenário.

Outros aspectos de uma reforma política avançam no Senado, como o projeto de minirreforma eleitoral aprovado ontem na CCJ. As mudanças trarão vantagens para o Brasil na opinião de 84% dos entrevistados pelo DataSenado. **4 e 5**



Jane de Araújo/Agência Senado

Renan defende desmembramento da proposta que será examinada pela comissão presidida por Vital do Rêgo (2º à esq.)

**Aviação tem muita burocracia e pouco servidor, afirma Anac 7**

**Transporte aéreo pode ficar isento de Pis e Cofins 7**

**Projeto amplia direitos trabalhistas em embaixadas 8**



Jonas Pereira/Agência Senado

Aloizio Mercadante concede entrevista na saída do encontro com Renan Calheiros para tratar da aprovação do PNE

## Mercadante garante recursos a Apaes

O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para tratar da apreciação, na Casa, do projeto do Plano Nacional de Educação.

Ele admitiu que um dos pontos sensíveis

da proposta é a Meta 4, de universalização do atendimento ao estudante com deficiência. O ministro disse concordar com o caráter complementar da educação especial e afirmou que a intenção é manter os recursos para instituições como as Apaes. **2**



Programa Luz para Todos

Projeto reduz impostos de conta de luz e beneficia população de baixa renda

## Avança proposta que barateia contas de luz

Foi aprovada pela Comissão de Infraestrutura e vai para o Plenário o projeto que isenta do ICMS subsídio dado aos consumidores de baixa renda

nas contas de energia elétrica. Hoje, as distribuidoras repassam para o consumidor o ICMS que os estados cobram sobre a subvenção. **6**

**Vai para Câmara texto que beneficia menor sob tutela 3**

**Hospital diz que faltam médicos no país; conselho discorda 3**

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



**Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo**

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em:  
www.senado.leg.br/agoraelei



Criação e Marketing

# Mercadante garante que Apaes receberão recursos

Em visita ao Senado para discutir a aprovação do Plano Nacional de Educação, ministro defendeu a ação complementar entre escolas regulares e escolas especiais no atendimento a crianças com deficiência

O MINISTRO DA Educação, Aloizio Mercadante, esteve ontem no Senado e se reuniu com o presidente da casa, Renan Calheiros, para falar a respeito do Projeto de Lei da Câmara 103/2012, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE). Aprovado na Câmara dos Deputados em 2012, agora tramita no Senado, onde precisa passar por mais duas comissões antes de ir a Plenário.

— Depende do Senado, mas, do ponto de vista do ministério, nós queremos votar o mais breve possível — informou o ministro.

O ponto mais sensível, disse o ministro, é a Meta 4 do plano, que trata da universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência. A controvérsia está na continuidade dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem educação especial, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

Pelo texto da Câmara dos Deputados, não haveria mudança nos repasses hoje existentes. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador



Aloizio Mercadante (2º à esq.) durante encontro com Renan Calheiros (C)

José Pimentel (PT-CE) incluiu no texto o prazo até 2016 para os repasses. Ele argumenta que a intenção é incluir os alunos com deficiência nas escolas regulares. Mercadante disse concordar com o caráter complementar da educação especial. Para ele, o aluno precisa da escola especial para desenvolver algumas habilidades, como usar a língua brasileira de sinais (Libras), mas necessita da escola pública para conviver com alunos sem deficiência e para que esses outros alunos aprendam a conviver com as diferenças.

Questionado sobre a

possibilidade de fim dos repasses às instituições de educação especial, o senador afirmou que a intenção é manter os recursos.

— As Apaes teriam, também, o financiamento do Fundeb. O estudante teria um momento na escola pública e um outro momento, por exemplo, nas Apaes, que são excelentes instituições — garantiu.

Para o ministro, apesar da polêmica que envolve a Meta 4, o fato de as instituições disputarem os alunos com deficiência pode ser considerado um avanço, já que antes muitas dessas pessoas nem sequer frequentavam a escola.

## Lúcia Vânia defende escolas especiais

Em discurso na terça-feira, Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu o aprofundamento das discussões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). Para a senadora, o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência precisa ser colocado em primeiro plano na discussão e apreciação do PNE.

A senadora avisou que apresentará emendas à proposta para garantir a continuidade

do atendimento complementar e suplementar oferecido pelas escolas especiais, como as entidades ligadas à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e à Sociedade Pestalozzi, entre outras.

— Essas instituições possuem longa trajetória de serviços prestados em nossa sociedade, carregando consigo



notáveis experiências e expertise no trato com essas crianças e jovens de necessidades especiais. As emendas caminham no sentido de restabelecer

o texto vindo da Câmara, que redimensiona a universalização do ensino para comportar o atendimento complementar e suplementar das escolas especiais — disse.

## Dornelles comemora Fernando Henrique na ABL

Francisco Dornelles (PP-RJ) registrou, em pronunciamento na terça-feira, que a Academia Brasileira de Letras (ABL) acolheu em seus quadros o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ele classificou como “um estadista que reflete 200 anos de sabedoria, vivência, história e dignidade, patrimônio herdado de seus antepassados e que foi expandido com sua cultura privilegiada”.

Fernando Henrique foi eleito em maio de 2013 para a ABL, onde assumirá a cadeira 36, antes ocupada pelo jornalista e escritor paulista João de Scantimburgo, morto em março deste ano. O senador disse que alguns antepassados de Fernando Henrique estiveram presentes nos mais relevantes episódios que marcaram a vida militar e da República. Dornelles também destacou o lançamento do Plano Real, em 1994.

## Cássio destaca aprovação de regras para dirigentes



Pronunciando-se pela liderança do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) comemorou ontem a aprovação, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), do projeto de autoria dele que estabelece regras para a

reeleição de dirigentes esportivos. A matéria, que segue para a apreciação da Câmara dos Deputados, impõe limites à elegibilidade de presidentes de federações e confederações, a exemplo do que ocorre nas eleições gerais.

— O meu intuito foi atender a uma reivindicação antiga de atletas, de torcedores e do povo brasileiro, que não compreende os cartórios que foram criados em determinadas federações e confederações esportivas — declarou.

## Regras para direito de resposta devem ser votadas este mês

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou, durante a sessão deliberativa de ontem, que o PLS 141/2011, que regulamenta o direito de resposta nos meios de comunicação, será votado pelo Plenário durante o esforço concentrado da semana de 16 a 20 deste mês. O projeto (PLS 141/2011), do senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em maio. O texto dá sete dias para o veículo publicar ou transmitir a resposta ou retificação, contados do recebimento do pedido. Caso não haja concordância, aquele que se considera vítima de matéria inverídica pode recorrer à Justiça, assegurado rito especial com duração máxima de 30 dias até a prolação da sentença.



Lin de Paula/Agência Senado

## Senado lança aplicativo com discursos históricos

Áudios e textos de discurso proferido em 1964 pelo então senador Juscelino Kubitschek, ao tomar conhecimento da cassação dele, e de pronunciamento do presidente da Câmara em 1988, Ulysses Guimarães, quando da promulgação da Constituição federal, estão agora disponíveis para smartphones e tablets por meio do aplicativo Senado Brasil — discursos históricos. O software foi lançado ontem durante solenidade na Presidência do Senado.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, observou que a iniciativa tem como objetivo preservar e difundir a memória do país.

O aplicativo Senado Brasil — discursos históricos foi desenvolvido sem custos pela Editora 247, em parceria com o Senado. Já está disponível para download gratuitamente em versões para smartphones e tablets com sistema iOS ou Android.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Financiamento estudantil

14h A Medida Provisória 616/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,9 bilhões para o Fies, tranca a pauta do Plenário.

### PRESIDÊNCIA Engenharia industrial

11h O senador Renan Calheiros recebe o presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial, Antonio Ernesto Müller. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CRA Seguro agrícola

8h30 Comissão debate novo seguro agrícola com o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho, Alysson Paolinelli. Às 10h30, vota projeto sobre produção integrada.

### CDH Doações a fundos do idoso

9h Na pauta, projeto que permite ao contribuinte fazer doações a fundos de conselhos municipais, estaduais e nacional do idoso diretamente na declaração de Imposto de Renda.

### CRE Reconhecimento automático de diplomas

10h Comissão faz leitura de relatório sobre indicação de embaixadores para a Irlanda e o Canadá e examina projeto que trata da revalidação e do reconhecimento automático de diplomas de universidades estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, **audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Debatedores divergem sobre falta de médicos no Brasil

Enquanto representante dos profissionais garante que o problema está na infraestrutura, diretor de hospitais relata que não consegue preencher vagas para especialistas em Campo Grande, por exemplo

**PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA** feita terça-feira pela comissão que analisa a Medida Provisória (MP) 621/2013, que criou o Programa Mais Médicos, divergiram sobre a falta de profissionais no Brasil.

O primeiro-vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital Corrêa Lima, afirmou que não há carência de médicos, e sim de infraestrutura para que atuem, como hospitais e material adequados. Segundo Lima, o conselho não é contra a vinda de médicos estrangeiros, desde que passem por uma avaliação.

Mas o diretor-geral do Hospital do Câncer de Barretos (SP), Henrique Duarte Prata, vê carência de médicos. Ele contou que não consegue contratar médicos para atuar, por exemplo, em Campo Grande.



Chegada a Brasília de cubanos que vão trabalhar no Programa Mais Médicos

— Lá, 50% das vagas para médicos especialistas estão ociosas. Não conseguimos preenchê-las — afirmou.

Humberto Costa (PT-PE) elogiou a MP, destacando que é uma proposta de formação de médicos que visa o curto, o médio e o longo prazos.

— Os médicos do Programa Mais Médicos vão atuar na atenção básica, no pré-natal, no acompanhamento de

vacinação, no acompanhamento a hipertensos. Isso não requer questões estruturais.

Humberto também afirmou que o Revalida, que avalia a proficiência de médicos formados no exterior, não se encaixa no Programa Mais Médicos, em que a contratação se destina à atenção básica em locais indicados pelo governo por prazo determinado.

(Da Agência Câmara)

## Rejeitada a venda de remédios a preço de custo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem projeto (PLS 181/2010) que autoriza farmácias e drogarias a venderem medicamentos a preço de custo para aposentados pela Previdência Social. O texto tinha voto favorável da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Segundo Humberto Costa (PT-PE), o Sistema Único de Saúde (SUS) já tem a obrigação de distribuir medicamentos

gratuitamente. Além disso, ressaltou, o Programa Farmácia Popular permite a aquisição de remédios a preços mais baixos. Em vez de dar deduções e isenções, disse, deve-se incrementar a assistência farmacêutica. Ele lamentou que o projeto, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), não beneficie pequenas farmácias.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), não haveria redução significativa: apenas os

impostos seriam deduzidos. Os altos preços dos remédios, disse, devem-se a monopólio de laboratórios internacionais.

Pelo projeto, farmácias e drogarias poderiam lançar a diferença entre o preço de custo e o de mercado como despesa operacional e deduzi-la do Imposto de Renda. A lista de medicamentos a ser vendidos seria definida pelo Ministério da Saúde, segundo critérios técnicos e estatísticos.

## Humberto vai discutir com governo saída para financiamento da saúde

O Plenário aprovou a prorrogação, por mais 90 dias, dos trabalhos da comissão temporária que discute o financiamento da saúde pública. A comissão é presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Humberto Costa (PT-PE), relator, explicou que, a pedido do governo, adiou a apresentação do parecer e do projeto de lei para elevar os recursos para o setor. O assunto deve ser discutido com a presidente Dilma Rousseff. O relatório ficará para a semana que vem.

Segundo Humberto, o governo estaria convencido de que é preciso mais recursos para a saúde e que apenas a contratação de profissionais com o Programa Mais Médicos não irá solucionar os problemas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Moka defende mais recursos e plano de carreira para a área

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse ontem que a Medida Provisória 621/2013, que criou o Programa Mais Médicos, não resolverá, por si só, o problema da saúde. O senador ressaltou que o programa é provisório e defendeu duas medidas essenciais para uma solução permanente: a destinação de 10% da receita bruta da União para a saúde e a aprovação de um plano de carreira para os médicos.

— O jovem médico precisa ser estimulado a ir lá para o interior com salário ou com uma ascensão na carreira — disse.

Moka lamentou que a União, que recolhe a maior parte dos impostos, não tenha a obrigatoriedade de destinar um percentual para a saúde.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Anibal rebate críticas à contratação de médicos estrangeiros

Anibal Diniz (PT-AC) manifestou, terça-feira, solidariedade ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ao defender a vinda de profissionais estrangeiros para participar do Programa Mais Médicos.

Segundo o senador, que contestou críticas de entidades médicas brasileiras, o programa é um “passo ousado e corajoso” para melhorar a qualidade de vida população mais carente.

— Das mais de 15 mil vagas abertas, apenas 700 brasileiros se apresentaram para preenchê-las e nós precisamos preenchê-las com quem estiver disposto a trabalhar.

Anibal questionou a conveniência de os estrangeiros serem submetidos ao Revalida, exame que considerou “extremamente difícil” e voltado a assegurar “reserva de mercado” para brasileiros.

## Uso de vaga de idoso ou deficiente pode se tornar infração grave

Quem estacionar irregularmente em vagas reservadas a idosos ou pessoas com deficiência física poderá, além de ser multado, sofrer apreensão do veículo. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo de Anibal Diniz (PT-AC) a projeto da Câmara dos Deputados (PLC 99/2007).

Anibal propôs mais três mudanças ao Código de Trânsito Brasileiro: revisão da sinalização rodoviária indicativa de pronto-socorro, mudança nos equipamentos obrigatórios em bicicletas e nova contagem do prazo para contestar infração ou pagamento de multa após atualização de endereço.

Ao fundir as quatro propostas detalhadas no substitutivo, Anibal optou por rejeitar as outras 20 que tramitavam em conjunto. Ele justificou a decisão com o argumento de que se mostravam dispensáveis, inviáveis ou sugeriam medidas de eficácia duvidosa.

A CCJ também aprovou a realização de audiência pública sobre proteção, tratamento e uso de dados pessoais, tema do PLS 330/2013, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O requerimento foi do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que também é o relator da proposta. Na justificativa, ele lembra que o momento é de grande preocupação com a violação de informações pessoais, o que contraria proteção constitucional.

## Projeto recupera direitos em favor de menor sob tutela

Menor sob guarda judicial de segurado da Previdência Social deve ter os mesmos direitos de filho natural, segundo projeto (PLS 161/2011) de Paulo Paim (PR-RS) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A equiparação existiu no Brasil até meados de 1991.

Paim advertiu que, atualmente, existe um tratamento discriminatório e inconstitucional: quando o responsável pela guarda é servidor da União, são concedidos todos os direitos ao menor. Quando o responsável é trabalhador celetista, nenhum benefício é concedido.

Favorável à proposta, a relatora na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), observou que “não se justifica a exclusão do menor sob guarda do elenco de dependentes do segurado para fins previdenciários do RGPS e sua manutenção no Regime Próprio dos Servidores da União”. Para ela, a discrepância caracteriza distinção que não possui amparo constitucional ou legal.

— Tampouco existem bases factuais para se estabelecer tal distinção entre o menor sob guarda e o menor sob tutela, dado que a situação objetiva deles é muito semelhante — destacou a senadora.

Aprovado em votação final na CAS, O PLS 161/2011 pode seguir direto para a análise da Câmara se não for apresentado requerimento para exame no Plenário.

## Suplicy lê carta de estudante em apoio ao Programa Mais Médicos

Em pronunciamento terça-feira, Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta em que o estudante Paulo de Moraes Pinto, recém-chegado do Canadá, onde participou do Programa Ciência sem Fronteiras, defende o Programa Mais Médicos, instituído pela Medida Provisória 621/2013, em análise no Congresso.

Na carta, o estudante de Farmácia e Bioquímica da USP afirma que o Brasil sofre com desigualdade na distribuição de recursos para a saúde. Ele avalia que o programa pode resolver a falta de médicos nas regiões mais pobres. O intercâmbio com outros países, diz o estudante, pode ajudar o Brasil a controlar custos e a diminuir as filas nos hospitais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Ângela Portela destaca os dez anos de criação do Bolsa Família

Ângela Portela (PT-RR) destacou os dez anos de existência do Bolsa Família, comemorados em 20 de outubro, e o lançamento de um hot-site que mostra os resultados do programa desde a criação.

Para a senadora, o Bolsa Família é o programa social de transferência de renda que tem reduzido os índices, não somente da pobreza, mas também da mortalidade infantil, da evasão escolar e da dependência financeira das famílias.

Ela também destacou declaração de Patrus Ananias, ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em defesa do estabelecimento do Bolsa Família como política pública permanente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Proposta aprovada pela Câmara encontra no Senado iniciativas que buscam facilitar aprovação rápida. Presidente do Senado, Renan Calheiros considera fundamental que o primeiro passo seja proibir voto secreto nos casos de cassação de mandato. Outros aspectos de uma reforma política apoiada pela população também avançam no Senado, como mudanças na lei eleitoral

# Voto aberto será examinado em comissão do Senado na quarta-feira

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou ontem que o fim do voto secreto no Congresso (PEC 349/2001, aprovada terça-feira na Câmara) estará na pauta do colegiado na quarta-feira.

— Vamos apressar o exame da PEC. Já designei Sérgio Souza [PMDB-PR] como relator e caberá a ele fazer os arranjos para incluir a proposta rapidamente no Plenário.

Vital ressaltou posição defendida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, de aprovação do voto aberto apenas em votações de perda de mandato. Segundo Renan, a PEC aprovada na Câmara não é consensual porque abre o voto para todas as votações no Congresso. Para ser promulgada, a PEC 349 deve ser aprovada agora no Senado, em dois turnos.

— Abrir o voto para exame de voto presidencial, por exemplo, é delicado, porque permitirá o monitoramento político do governo, de



Ao lado de Inácio Arruda, Renan Calheiros (D) preside sessão em que anunciou a intenção de promover votações separadas para agilizar o fim do voto secreto

qualquer governo, deste ou de outro. O fundamental, neste primeiro momento, é abrir o voto para julgamento de deputado e senador, que é o caso do deputado Natan Donadon [sem partido-RO], e que é o que a sociedade está cobrando — disse Renan.

Parlamentares da oposição são contra o voto aberto no exame de vetos presidenciais, por temerem que, nesse caso, ocorra grande pressão do governo, como argumenta

Aécio Neves (PSDB-MG).

— Eu tenho dito, desde que fui presidente da Câmara, que nós precisamos acabar com o voto secreto, mas preservando situações específicas para garantir a independência e o exercício da consciência do parlamentar. Por exemplo: a derrubada de veto presidencial. É óbvio que, se o voto for aberto, toda a base será compelida a manter a vontade do Poder Executivo — disse Aécio.

Em busca de consenso, Renan sugeriu tratar separadamente o fim do voto secreto para perda de mandato.

— Podemos separar, fazer uma PEC paralela e dar uma resposta, aprovando o voto aberto para julgamento de deputado e senador, e o restante tramita mais demoradamente — explicou.

Ele informou que a PEC paralela pode ser promulgada logo que for aprovada pelo Senado porque trata de ação constante na PEC 349/2001, acolhida

pelos deputados. O voto aberto para as demais deliberações do Congresso seria discutido pelas comissões e pelo Plenário do Senado.

Renan voltou a comentar a decisão da Câmara de manter o mandato de Donadon, que, condenado pelo Supremo Tribunal Federal a 13 anos por peculato e formação de quadrilha, está preso em Brasília. Para Renan, não tem sentido o Congresso rediscutir a decisão do STF em última instância.

## Para Ana Amélia, Senado não pode ter melindre institucional

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a decisão da Câmara dos Deputados de aprovar o voto aberto para todas as deliberações em Casas legislativas do país.

A senadora disse que agora cabe ao Senado fazer a parte dele e aprovar a proposta, deixando de lado “qualquer firula ou melindre institucional”. Ela admitiu já ter tido dúvidas sobre a adoção do voto aberto na escolha de ministro do Supremo Tribunal Federal e na apreciação de vetos presidenciais. Mas, ponderou, “quem tem ficha limpa não pode temer voto aberto para qualquer cargo do poder público”.

— Temos agora que mostrar a cara para o governo e para esta Casa, mas primeiro para o eleitor que nos mandou para cá e para a sociedade, que está observando não só o Senado, mas a Câmara e também todo o comportamento político.

Em aparte, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) concordou que não há mais espaço para o voto secreto no Legislativo, mas disse ter dúvidas sobre a adoção do voto aberto nas análises dos vetos presidenciais, que poderiam deixar deputados e senadores mais vulneráveis à pressão do governo.



Couto considera a decisão da Câmara uma desmoralização da classe

## Segundo Mário Couto, caso Donadon foi “um terror”

“Um terror.” Foi assim que Mário Couto (PSDB-PA) definiu a decisão da Câmara de manter o mandato do deputado Natan Donadon (sem partido-RO), condenado a 13 anos de prisão.

— O que aconteceu na Câmara desmoraliza a classe política brasileira — afirmou.

Para ele, “outro terror” da República é a Casa Civil, por conta dos escândalos. Ele citou a prisão do ex-assessor Eduardo Gaievski, sábado, sob a acusação de estupro de menores. Gaievski alega inocência. Couto também incentivou a volta das manifestações populares.

— Dilma, o povo brasileiro vai voltar às ruas. Você continua enganando os brasileiros. Falta competência para você e seus assessores — declarou.

## Taques vê direito do eleitor de conhecer voto do parlamentar

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu ontem a adoção do voto aberto no Parlamento.

— O cidadão que nos elege tem o direito de saber em quem nós estamos votando, de que maneira nós estamos votando, até para que ele possa saber, lá para a frente, se ele vai renovar ou não o exercício das nossas funções constitucionais na próxima eleição — afirmou.

Ele comentou os desdobramentos do caso Natan Donadon e lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) mudou o entendimento sobre o assunto três vezes.

Para Taques, a perda de mandato tem que ser automática, já que um presidiário tem os direitos políticos suspensos.

— Não é possível que condenados possam exercer mandatos eletivos — argumentou.



Taques diz que STF mudou três vezes de entendimento sobre cassação



Paim diz que voto secreto apenas encoberta falta de coragem

## Paim comemora aprovação do voto aberto pela Câmara

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a Câmara por ter aprovado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 349/2001, que põe fim ao voto secreto para todas as decisões tomadas no Parlamento. Para ele, a aprovação do texto, que deve ser votado no Senado durante o esforço concentrado, de 16 a 20 de setembro, foi uma resposta positiva para a sociedade.

— Se nós não votarmos a proposta no mês de setembro, estamos cometendo um erro tão grande quanto a Câmara cometeu quando absolveu um deputado preso — disse.

O senador leu trecho de artigo de autoria dele que afirma que esse tipo de votação serve apenas para acobertar quem não tem coragem de assumir, perante os eleitores, as consequências dos seus atos.

## Humberto Costa quer proibir contratação de cabos eleitorais

A emenda apresentada por Humberto Costa (PT-PE) que inclui, na proposta de minirreforma, a proibição da contratação de cabos eleitorais foi elogiada por Pedro Taques (PDT-MT) durante o debate sobre a minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Taques, a contratação de cabos eleitorais durante a campanha é “uma forma de compra de votos e uma ofensa à dignidade do processo eleitoral”.

— Há candidatos que contratam de 10 mil a 15 mil cabos eleitorais. E cada um deles traz os votos de suas famílias, que passam necessidade — ressaltou o senador.

Taques também defendeu o direito de o eleitor saber a autoria e o valor das doações feitas às campanhas.

— Imagine-se um candidato evangélico que é contra o aborto e que, depois de eleito, descobre-se que ele recebeu doações de uma associação favorável ao aborto — exemplificou Taques.

Anibal Diniz (PT-AC) também manifestou-se a favor da emenda de Humberto Costa.

# Avança projeto de minirreforma eleitoral

Após muita discussão em torno de 34 emendas de última hora, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um substitutivo à proposta de minirreforma eleitoral elaborada por Romero Jucá (PMDB-RR). O PLS 441/2012 será levado a turno suplementar de votação em reunião extraordinária da CCJ marcada para terça-feira. A intenção é enviá-lo o mais rapidamente possível à Câmara, a tempo de as mudanças na Lei Eleitoral e na Lei dos Partidos Políticos valerem para as eleições de 2014.

Reduzir os gastos de campanha e dar transparência ao processo eleitoral e igualdade de condições aos candidatos em disputa são os desafios perseguidos pela minirreforma, segundo Jucá e o relator, Valdir Raupp (PMDB-RR).

Das 35 emendas sugeridas ao projeto — uma já havia sido apresentada por Eduardo Lopes (PRB-RJ) e incluída no substitutivo —, Raupp aproveitará 25. A decisão final sobre emendas só sairá no turno suplementar de votação.

A versão do projeto aprovada ontem fez uma ligeira alteração no prazo das convenções partidárias, que, atualmente, são feitas entre 10 e 30 de junho, conforme estipula a Lei Eleitoral. Por não julgar conveniente uma redução significativa do tempo da campanha neste momento, Raupp optou por adiar o início em apenas dois dias (de 5 para 7 de julho), delimitando a realização das convenções entre 12 e 30 de junho do ano das eleições.

Em acréscimo, decidiu incluir a exigência de publicação da ata da convenção em qualquer meio de comunicação, no prazo máximo de 24 horas. O objetivo da medida é evitar fraude nos resultados.

Quando à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, protestos de senadores governistas e opositoristas levaram Raupp a reconsiderar o encurtamento de 12 e 15 dias na duração, segundo havia proposto Jucá. Assim, ficou mantida a veiculação nos 45 dias anteriores

à antevéspera das eleições, prazo já definido pela Lei Eleitoral.

O substitutivo ao PLS 441/2012 contém novas exceções à regra que regulamenta a proibição da propaganda antecipada. Ficam livres desse enquadramento — podendo ter cobertura dos meios de comunicação, inclusive das mídias sociais — a discussão de políticas públicas em eventos partidários, a realização e divulgação de prévias pelas redes sociais, a manifestação e a opinião pessoal sobre questões políticas em blogs, no Twitter e em outros espaços virtuais.

Por sugestão de Aécio Neves (PSDB-MG), Jucá acrescentou uma ressalva à manifestação livre de posições políticas nas redes sociais. O autor das declarações deverá responder civil e criminalmente por eventuais ofensas e agressões a terceiros, e a Justiça Eleitoral poderá ser acionada e determinar a retirada do comentário da internet.



Romero Jucá, Eduardo Lopes e Francisco Dornelles discutem a minirreforma eleitoral: projeto será votado em turno suplementar na semana que vem

# Proposta proíbe propaganda de candidato em muro

Se a proibição de propaganda eleitoral em faixas, placas, cartazes ou pinturas em lugares públicos teve boa aceitação, a extensão a bens particulares, como muros de residências, foi elogiada por Pedro Taques (PDT-MT) durante o debate sobre a minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Taques, a contratação de cabos eleitorais durante a campanha é “uma forma de compra de votos e uma ofensa à dignidade do processo eleitoral”.

— Há candidatos que contratam de 10 mil a 15 mil cabos eleitorais. E cada um deles traz os votos de suas famílias, que passam necessidade — ressaltou o senador.

Taques também defendeu o direito de o eleitor saber a autoria e o valor das doações feitas às campanhas.

— Imagine-se um candidato evangélico que é contra o aborto e que, depois de eleito, descobre-se que ele recebeu doações de uma associação favorável ao aborto — exemplificou Taques.

Anibal Diniz (PT-AC) também manifestou-se a favor da emenda de Humberto Costa.

imóveis com localização estratégica.

Para amenizar a insatisfação, o meio-termo encontrado por Jucá foi aproveitar uma sugestão de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para permitir a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e de bandeiras em vias públicas, desde que sejam móveis e não atrapalhem a

movimentação de pessoas e veículos.

O projeto vetou o envelopamento de carros, reduzindo a dimensão dos adesivos. Foi acolhida emenda de Eduardo Lopes (PRB-RJ) definindo que os adesivos podem ter até 50 por 40 centímetros e liberando o uso de material microperfurado em toda a extensão do vidro traseiro dos veículos.

# Emendas rejeitadas poderão voltar no turno suplementar

Autores de emendas rejeitadas no substitutivo à proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) podem voltar a defendê-las no turno suplementar de votação da matéria, marcado para a terça-feira, às 14h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Quem já anunciou essa disposição foi o senador Pedro Taques (PDT-MT), que vai apresentar destaque para votação de emenda que obriga a divulgação de doadores de campanha antes da realização das eleições.

— A identificação é de suma importância para [o eleitor] saber se o candidato está falando ou não a verdade — argumentou.

Entendimento diverso teve o senador Romero Jucá, autor do PLS

441/2012. Para ele, a divulgação dos doadores de campanha após o pleito evitaria pressão e disputa sobre os financiadores por sua exposição antecipada. As ponderações de Jucá convenceram o relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a rejeitar a emenda de Taques.

A lista de emendas rejeitadas por Raupp inclui ainda sugestão do senador Humberto Costa (PT-PE) para eliminar a contratação de pessoal para a campanha. A intenção de Humberto seria inviabilizar eventual tentativa de compra de votos.

O relator justificou essa rejeição com o acolhimento de emenda da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), impondo limites à contratação de pessoal para trabalhar na rua.

# Adiada votação de PEC que altera escolha de juiz de tribunal eleitoral

A CCJ adiou para a próxima semana a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 31/2013, que sugere mudanças na forma de escolha dos juizes e na composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos tribunais regionais (TREs), bem como na designação dos juizes de primeira instância da Justiça Eleitoral. Entre outras medidas, o texto prevê que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) participe da escolha.

De autoria de Pedro Taques (PDT-MT), a PEC foi adiada a pedido de Sérgio Souza (PMDB-PR), que, por sua vez, atendeu apelo da presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e de dirigentes de associações de magistrados, que desejam apresentar sugestões.

# Brasileiros dizem que país ganha com reforma política

Pesquisa feita pelo Data-Senado entre 29 de julho e 22 de agosto indica que a maioria da população apoia mudanças na legislação sobre política, eleições e candidatos (veja infográficos). Os dados foram coletados em entrevistas telefônicas, com uma amostragem aleatória de 1.229 pessoas, maiores de 16 anos, distribuídas em todos os estados. A margem de erro é de 3 pontos percentuais.

Para 84,1% dos entrevistados, uma reforma política traz vantagens ao país. A maioria (68,8%) também afirma que o voto não deve ser obrigatório, embora 78,9% declarem que, mesmo com voto facultativo, votariam na próxima eleição.

Sobre o tempo de mandato e o direito à reeleição para presidente, governador e prefeito, 42,6% optaram pelo

modelo atual: mandato de quatro anos com direito a uma reeleição.

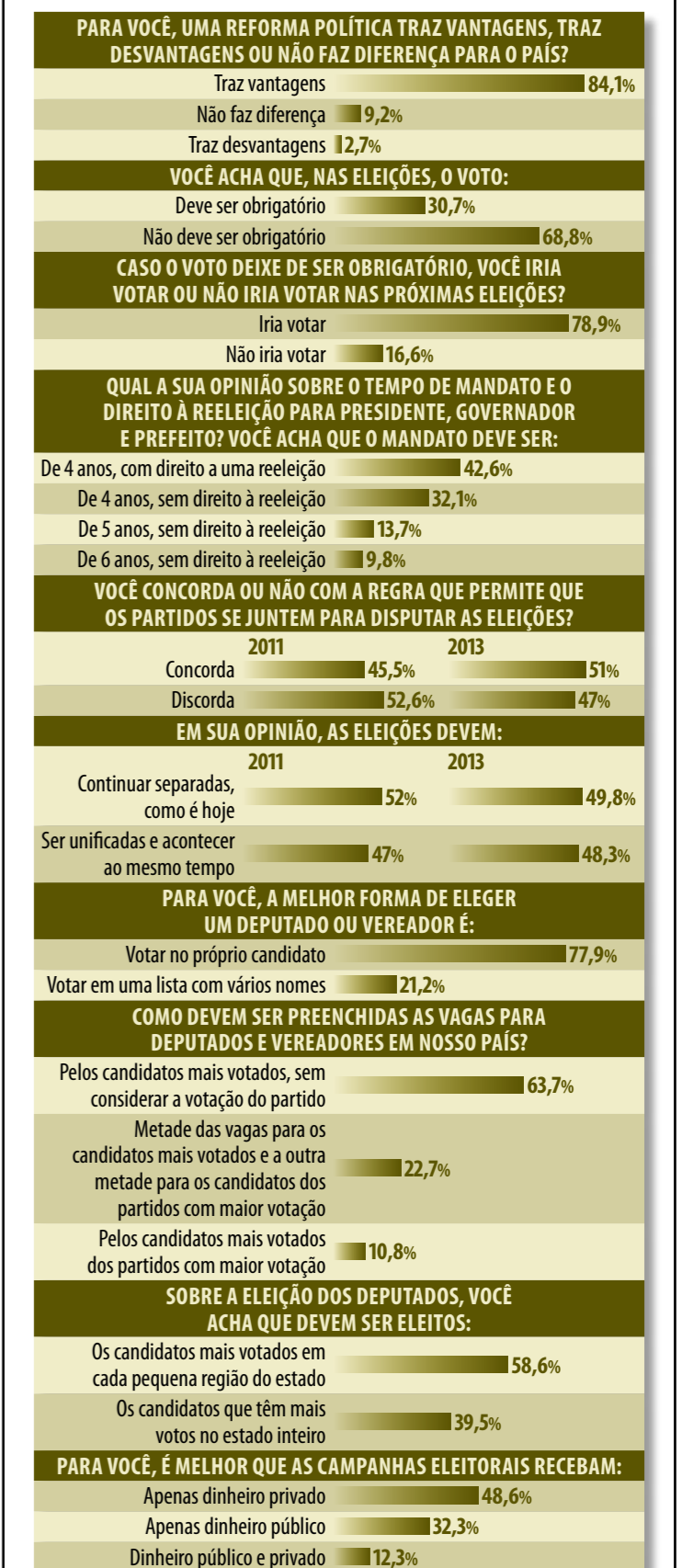
Quanto às coligações partidárias, os resultados revelam que 51% concordam com a regra que permite aos partidos se juntar para disputar a eleição e 47% discordam dela.

Outro tema que divide opiniões é a separação entre as eleições municipais e as estaduais e federais. O modelo atual, com eleições separadas a cada dois anos, foi escolhido por 49,8%, enquanto 48,3% optaram pela unificação.

A maioria (77,9%) declarou preferir votar em um candidato a votar em uma lista com nomes indicados pelo partido.

Além disso, a maior parte (48,6%) disse que as campanhas eleitorais devem receber apenas dinheiro privado.

## Opinião do eleitor



Fonte: DataSenado

# Aprovada desoneração de conta de luz para consumidor de baixa renda

Cobrança de ICMS sobre subvenção aumentava em até 14% o valor da conta e foi considerada dupla tributação pelo relator da proposta

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a subvenção econômica que beneficia os consumidores residenciais de baixa renda, recebida pelas distribuidoras de energia elétrica (PLC 132/2008 — Complementar).

Como vários estados cobram ICMS sobre esses valores, as companhias distribuidoras repassam o custo para a conta de energia, onerando os consumidores de baixa renda, o que é uma injustiça, segundo o autor do projeto, ex-deputado José Carlos Aleluia.

Aleluia contesta a decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de autorizar os estados a cobrar, de consumidores de energia elétrica hipossuficientes, o ICMS sobre o subsídio autorizado pela Lei 10.604/2002. Segundo ele, desde 2004, a determinação do Confaz vem onerando a conta de luz desses consumidores em até 14%.

De acordo com o relator da matéria na CI, senador Clésio Andrade (PMDB-MG), cobrar dos consumidores de baixa renda um imposto sobre uma subvenção já antes tributada — e paga pelos demais usuários



Cobrança de imposto sobre os valores da subvenção econômica para consumidores de baixa renda poderá ser extinta

do sistema elétrico — é prática assemelhada à bitributação e fere o princípio constitucional de redução das desigualdades sociais, que sustenta a criação da tarifa social. Dessa forma, segundo ele, a proposição vai reparar a situação que prejudica os consumidores beneficiários dessa tarifa.

“O Congresso Nacional não pode permitir essa injustiça. É parte da política nacional de energia a proteção do consumidor quanto a preços abusivos. E esse é claramente o caso”, diz Clésio no relatório.

O senador salienta também que não haverá impacto sobre as empresas do Grupo Eletrobras, dúvida que levou

Francisco Dornelles (PP-RJ) a requerer a análise do projeto pela CI. A matéria, relatada ad hoc pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS), segue para votação em Plenário.

## Trem-bala

Também foram aprovados dois requerimentos de audiência pública. O primeiro, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), destina-se a obter informações sobre o trem-bala, o trem de alta velocidade (TAV), cujos planejamento e implantação estão em curso sob a responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Ferraço deseja discutir a

viabilidade do empreendimento e a atual condição de exequibilidade e conhecer o planejamento que determinará as ações de implantação da infraestrutura operacional.

Para a reunião, serão convidados Bernardo Figueiredo, diretor-presidente da EPL, e Rodrigo Vilaça, presidente-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

Outro requerimento aprovado, do senador Jayme Campos (DEM-MT), pede uma audiência para discutir a reforma do Marco Regulatório do Setor Mineral, com a presença do geólogo e ex-governador da Bahia, Paulo Souto.

## Com pauta trancada pela MP 616, sessão não tem votações

Por falta de acordo entre os líderes, não entrou em votação, na sessão de ontem, a Medida Provisória 616/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,9 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil. A MP, que perde a validade no dia 27, tranca a pauta do Plenário e impede a votação de projetos de lei.

Durante a sessão, foram discutidas a PEC 45/2009, que detalha as estruturas de controle interno na administração pública, e a PEC 18/2013, que determina a perda automática do mandato após condenação.

## Comissão da MP da Lei da Seca realizará audiências locais

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 623/2013 apreciou ontem requerimentos para a realização de audiências públicas em Brasília e nos estados do Ceará, Paraíba e Minas Gerais.

A MP, que recebeu 108 emendas, complementa a chamada Lei da Seca (Lei 12.844/2013), sobre operações de crédito rural para empreendimentos localizados na área da Sudene.

A votação dos requerimentos para as audiências foi marcada para terça-feira.

## Armando destaca resultados econômicos

Em discurso no Plenário, na terça-feira, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) comemorou o atual momento da economia pernambucana e apontou medidas para aumentar o crescimento do estado.

Armando disse que, para Pernambuco crescer ainda mais, é preciso aumentar a participação dos produtores locais na atividade econômica, com cursos de capacitação e integração em novos investimentos. Segundo o senador, outro desafio é interiorizar o desenvolvimento e diminuir as diferenças regionais.



Moneira Manz/Agência Senado

## Redução de gastos é desafio, diz Gurgacz

Em pronunciamento ontem, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que o maior desafio atual dos prefeitos é colocar um freio nos gastos públicos.

— Estão nos cobrando uma solução para as questões de mobilidade urbana, de infraestrutura e, principalmente, com relação aos gastos públicos. Está na hora de diminuirmos o tamanho das nossas prefeituras, o tamanho dos nossos governos de estado e torná-los mais eficientes e receptivos ao que a população está precisando — afirmou.

Gurgacz parabenizou o governador de Rondônia, Confúcio Moura, que anunciou medidas de redução de mais de R\$ 50 milhões no custeio do estado.

## Wellington defende uso de energia limpa

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou em Plenário, na terça-feira, o sucesso do leilão para contratação de energia eólica, no mês passado. O senador destacou que, de um total de 1.505 megawatts contratados pelo governo federal no leilão, os parques eólicos no Nordeste representaram 95%. Sete dos parques eólicos serão construídos no Piauí.

— Para universalizar o acesso à luz elétrica, é preciso que o Brasil gere cada vez mais. Acreditamos na energia limpa, especialmente eólica — afirmou.



Moneira Manz/Agência Senado

## Anibal comemora desmatamento menor

Ao lembrar o Dia da Amazônia, celebrado em 5 de setembro, Anibal Diniz (PT-AC) comemorou as políticas de preservação ambiental e a queda do desmatamento na região.

Conforme o parlamentar, nos últimos oito anos, houve redução de 84% no desmatamento na região. Com o resultado, o Brasil atingiu 76% da meta voluntária de redução do desmatamento prevista para 2020 e 62% da meta de redução de emissão de gases de efeito estufa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Segundo representante da agência reguladora, que falou ontem no Senado, déficit de pessoal não prejudica trabalho de fiscalização. Senador mostrou foto de aeroporto no Acre com pista esburacada

Genildo Magela/Agência Senado



Participaram da audiência pública Nelson Antônio Paim, Cláudio Passos Simão, Fernando Collor e Ricardo Nogueira

## Faltam funcionários na Anac, admite diretor

A FALTA DE estrutura para suportar o crescimento da aviação no país é hoje o principal problema do setor, conforme conclusões do debate realizado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Segundo os palestrantes, o déficit de pessoal na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a burocracia do órgão e a rígida legislação são os problemas mais evidentes.

Segundo o diretor de Aeronavegabilidade da Anac, Cláudio Passos Simão, o Brasil tem crescido 12% ao ano em número de passageiros aéreos nos últimos dez anos. O diretor-geral da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), coronel-aviador Ricardo Nogueira, afirmou que o crescimento de 2011 para 2012, em frota de aviões, foi de 6,7%, o dobro da média mundial.

No entanto, segundo os palestrantes, a infraestrutura para a aviação não tem acompanhado o crescimento do setor. As dificuldades vão da situação precária de aeroportos a

problemas de burocracia e falta de pessoal na Anac. Contribuiu para o quadro a legislação desatualizada e muito rígida.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou o fechamento de postos da Anac em vários estados. Ele citou um acidente ocorrido terça-feira, em Belém, com um avião pequeno, que causou três mortes.

Simão reconheceu que há falta de pessoal no setor. De acordo com ele, a Anac conta atualmente com 1.100 servidores, mas deveria ter 1.700. No entanto, segundo o diretor, isso não afeta a fiscalização.

— A aeronave que se acidentou na terça tinha sido fiscalizada pela Anac na segunda e estava 100% em condições de operação. Nesta semana, estamos com operação especial no Norte e no Nordeste — afirmou.

A burocracia foi apontada por Blairo Maggi (PR-MT), que questionou também se as empresas têm apresentado os documentos solicitados pela Anac. De acordo com Simão, o que causa a burocracia é o

marco regulatório pesado, que precisa ser alterado.

— Mas não podemos eliminar uma série de procedimentos administrativos que são previstos, sem que tenhamos outro sistema que substitua e garanta o mesmo nível de segurança operacional — enfatizou.

Sérgio Petecão (PSD-AC) mostrou fotos do Aeroporto de Santa Rosa (AC), onde as pistas estão esburacadas. Segundo ele, o avião é o único meio de acesso ao município.

— Eu estive nesse aeroporto na semana passada e as condições são precárias. Eu ouvi isso de um piloto. Se, Deus o livre, vier acontecer um acidente lá, eu confesso que estou aqui com o sentimento do dever cumprido de chamar a atenção para a situação — disse o senador.

O diretor da Anac explicou que à agência cabe apenas autorizar ou não as operações nos aeroportos e que o operador do terminal é o responsável pela manutenção da pista e por todos os demais serviços.

## Transportes aéreo e aquático podem ter alíquota zero no PIS

Relator da Medida Provisória (MP) 617/2013, o deputado Mário Negromonte (PP-BA) vai propor reduzir a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins para o transporte aéreo e o transporte de passageiros feito em barcos. O texto também isenta desses tributos o transporte rodoviário de passageiros entre municípios e entre estados. Ontem, Negromonte apresentou o relatório aos integrantes da comissão mista que analisa a MP.

Como houve mudanças no texto, o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), pediu vista. Com isso, a medida provisória só vai ser discutida no dia 11.

O deputado explica que aceitou algumas emendas para incluir o transporte rodoviário estadual e interestadual e também o transporte aeroviário. Pelo relatório, a desoneração passaria a funcionar a partir de janeiro, mas as empresas não são obrigadas a repassar aos passageiros o desconto pela redução do PIS-Pasep e da Cofins.

— Isso é negociação do governo com o setor. A gente não tratou dessas minúcias — afirmou o relator.

Negromonte também incluiu artigo na MP para mudar a lei que criou o vale-transporte (Lei 7.418/1985). Ele estabeleceu penalidades para o empresário que pagar o vale-transporte em dinheiro aos funcionários. De acordo com o texto, o empregador que fizer isso vai ter que pagar ao empregado, no mês seguinte, o valor dobrado do vale-transporte. Além disso, vai ter que pagar 25% a mais sobre esse valor a cada vez que tornar a fazer o pagamento em dinheiro.

A presidente da República, Dilma Rousseff, deve sancionar até quarta-feira o projeto de lei apresentado pelo deputado Mendonça Filho (DEM-PE) que reduz a zero as alíquotas das contribuições para o PIS-Pasep e para a Cofins incidentes sobre a receita do transporte urbano municipal. O projeto também reduz a zero as alíquotas de PIS-Pasep e da Cofins do transporte aquaviário. Para evitar duplicidade nas leis, Negromonte deve retirar do texto da MP 617/2013 o trecho já contemplado no projeto que aguarda a sanção da presidente Dilma.

(Da Agência Câmara)



Jonas Pereira/Agência Senado

Desoneração pode não ser repassada aos passageiros da aviação civil

## Corte em voos para o interior do Amazonas preocupa Vanessa

O anúncio feito pela empresa Azul Linhas Aéreas de que a partir do dia 11 vai reduzir os voos para São Gabriel da Cachoeira e Eirunepé, no Amazonas, provocou protestos de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo ela, a diminuição ou interrupção de voos para cidades do interior prejudica a economia local e põe em risco a vida dos que precisam de atendimento médico de urgência.

— Um percurso de três horas de São Gabriel da Cachoeira a Manaus via área é feito em dez dias de barco — afirmou.

Segundo a senadora, a Azul justificou a medida dizendo que está acatando orientações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que faz uma série de restrições ao funcionamento de aeroportos regionais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Gurgacz quer novo terminal portuário em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a construção de um terminal portuário no município de Guajará-Mirim (RO) e pediu investimentos nos portos de Rondônia.

Ele se mostrou indignado com as precárias condições de exportação na atual área portuária de Guajará-Mirim, constatadas na visita ao local feita pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para Gurgacz, já passou da hora de a população contar com melhores estruturas para comercializar com o país vizinho, a Bolívia. Segundo ele, Guajará-Mirim tem potencial para ser um corredor de exportação e a construção de um porto no local dará uma nova configuração para as exportações do agronegócio brasileiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Para Jayme, trânsito de Cuiabá é caótico por falta de planejamento

Jayme Campos (DEM-MT) lamentou as condições precárias do trânsito na Região Metropolitana de Cuiabá.

Segundo ele, o tráfego em Cuiabá é o mais congestionado de todas as capitais do Centro-Oeste. Chega a apresentar, em horário de pico, 77 quilômetros de lentidão, enquanto as três outras capitais (Brasília, Goiânia e Campo Grande) juntas somam 72 quilômetros.

Na avaliação de Jayme Campos, o problema denota falta de planejamento do tráfego, uma vez que a capital mato-grossense é a que dispõe da menor frota de veículos da Região Centro-Oeste — enquanto Cuiabá tem 318 mil veículos, Campo Grande tem 453 mil, Goiânia tem 996 mil e Brasília tem 1,4 milhão.

— Não foi o crescimento de veículos que degenerou o trânsito em Cuiabá, mas as próprias condições de trafegabilidade das vias públicas, deterioradas, esburacadas e sem conservação.

## Casildo pede mais equilíbrio na cobrança de impostos

O sistema tributário precisa ser mais equilibrado para que o empreendedorismo do Brasil possa avançar, disse ontem Casildo Maldaner (PMDB-SC). Segundo ele, gargalos na cadeia da produção comprometem o crescimento do país.

Com base no *Relatório Global de Competitividade* do Fórum Econômico Mundial, o senador informou que o Brasil perdeu oito posições no ranking. Hoje, o país aparece na 56ª posição entre 148 nações, contra a 48ª posição em 2012.

O senador argumentou que os tributos consomem até 40% do rendimento bruto das empresas e dos trabalhadores. Segundo Casildo, a burocracia também é um entrave para o crescimento do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Petecão repudia críticas à Polícia Federal no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) criticou o governador do Acre, Tião Viana, por fomentar uma “briga institucional” com a Polícia Federal. O senador se referiu a informações divulgadas pela imprensa do Acre sobre palestra do governador para oficiais do Exército brasileiro, na qual teria declarado que “o estado está rompido com a Polícia Federal”.

— Eu gostaria que ficasse registrado, em nome do povo acreano, que não temos nada contra a Polícia Federal, que eu considero uma das instituições mais sérias deste país — afirmou Petecão.

Em maio, na Operação G7 da Polícia Federal, no Acre, foram presos 15 suspeitos de envolvimento com esquema de desvio de dinheiro público, licitações fraudulentas e formação de cartel. Entre os presos, secretários de governo, empreiteiros e servidores estaduais. Tião Viana afirmou que foi vítima de um golpe e que não existem provas das acusações.

## Amorim relata visita a batalhão do Exército

Eduardo Amorim (PSC-SE) falou na terça-feira sobre a visita que fez ao 28º Batalhão de Caçadores do Exército, também conhecido como Batalhão Campo Grande, em Aracaju.

Ele declarou apoio e admiração pelo trabalho desenvolvido pelo batalhão, criado em 1838.

O senador lembrou que a corporação foi criada ainda no Império, na cidade de Desterro, atual Florianópolis. Em 1851, contou Amorim, o batalhão foi transferido para o Rio de Janeiro e, em 1888, para Cuiabá. Só em 1917 foi instalado em Aracaju.

O batalhão, destacou o parlamentar, participou de várias campanhas históricas, como a Guerra do Paraguai e as Batalhas do Passo da Pátria, Tuiuti, Humaitá, Itororó, Lomas Valentinas, Buena Vista, Avaí e Peribeubú. Também participou da missão da ONU para a estabilização do Haiti, além de operações em cooperação com a Defesa Civil.

Projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais estende a auxiliares locais do serviço exterior direitos garantidos na CLT, como férias anuais remuneradas e licença de 120 dias para gestantes

# Avança ampliação de direitos para serviços no exterior

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de José Sarney (PMDB-AP) que estende aos auxiliares locais do serviço exterior alguns dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Antes de ser encaminhada à Câmara, a proposta vai a votação final na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O auxiliar local, explicou o relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), é o brasileiro ou estrangeiro admitido para trabalhar em locais como embaixadas e consulados. Atualmente, informou o senador, as relações trabalhistas e previdenciárias desses profissionais são regidas pela lei do país em que estiver sediada a repartição. Como exemplo, ele disse que, se uma gestante brasileira trabalhar em um país em que a licença-maternidade é de uma semana, ela terá direito apenas a esse tempo.



Bauer, relator da proposta, conversa com Ana Amélia na reunião da comissão

Segundo o PLS 246/2013, os auxiliares locais passarão a ter direito a 13º salário com base na remuneração integral ou na aposentadoria; adicional noturno; jornada não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença de 120 dias à

gestante; licença-paternidade; adicional de periculosidade; e proibição de diferença de salários por sexo, idade, cor ou estado civil.

Aos que prestam serviços em órgãos das Forças Armadas no exterior, a proposta garante remuneração nunca inferior ao salário mínimo vigente no país, com revisão anual.

Bauer afirmou que alguns direitos previstos na CLT, como o FGTS, não foram estendidos aos trabalhadores do serviço exterior brasileiro.

## Requião apresenta proposta para eleição do Parlasul

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou um projeto de lei para a eleição da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). O senador espera que a escolha dos 74 integrantes da bancada brasileira ocorra com as eleições gerais de 2014. Requião já presidiu o Parlasul.

— Cada unidade da Federação apresenta os candidatos

proporcionalmente ao número de eleitores. A proposta vai dar concretude ao decidido no protocolo do Parlamento do Mercosul, assinado por Argentina, Paraguai, Brasil e Uruguai em dezembro de 2005, que determinava que os parlamentares do Mercosul seriam eleitos pelo sufrágio universal nas eleições gerais de cada Estado-parte — afirmou.

Até hoje, explicou, as funções do Parlasul têm sido exercidas por deputados e senadores de modo transitório, já tendo o Brasil perdido o prazo para a realização do pleito com as eleições de 2010.

O projeto estipula distribuição do tempo e dos recursos para propaganda eleitoral de modo proporcional ao hoje destinado a cada partido.

## Projeto exige advogado em causas trabalhistas

Trabalhadores que quiserem reclamar direitos precisarão da presença de um advogado nas ações trabalhistas. É o que prevê projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela CAS. Atualmente, a presença de advogado é facultativa.

A proposta (PLC 33/2013) segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas antes pode ser debatida e votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Essa é a intenção de Humberto Costa (PT-PE), que votou contra a proposta e requereu que ela fosse enviada à CAE. Além da constitucionalidade, Humberto disse que algumas causas são de valor tão pequeno que inviabiliza a contratação de um advogado. Ele quer um entendimento entre governo, empresários, trabalhadores e advogados.



No relatório, Jayme diz que ausência de advogado prejudica o trabalhador

Segundo o projeto, o trabalhador também pode ser representado pelo Ministério Público do Trabalho ou pela Defensoria Pública da União. Só poderá comparecer à Justiça sem representante se tiver habilitação legal para postular em causa própria. A proposta fixa os honorários que devem ser pagos pela parte vencedora: entre 10% e 20% sobre o valor da condenação. Atualmente, o juiz estabelece o percentual quando cabe à Fazenda Pública remunerar os advogados.

Para o relator, Jayme Campos (DEM-MT), a ausência de advogado prejudica o trabalhador. Para Paulo Paim (PT-RS), a proposta é justa, ao oferecer a possibilidade de todo trabalhador ser acompanhado nas demandas judiciais por advogado do sindicato ou profissional particular. Ana Amélia (PP-RS) disse que o projeto não tem caráter corporativista, mas de justiça.

A presença do advogado, na opinião de Paulo Davim (PV-RN) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), oferece segurança jurídica especialmente aos trabalhadores — segundo Davim, a parte mais frágil do litígio.

A votação do projeto foi acompanhada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e representantes de regionais da entidade.

## Jucá pede votação do texto sobre domésticas

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que designe um relator para o projeto que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos. A proposta, lembrou Jucá, foi aprovada por unanimidade no Senado há cerca de dois meses. O projeto (PLP 302/2013) regulamenta as normas para recolhimento do FGTS e para a criação do banco de horas, entre outros procedimentos. Jucá citou ainda notícia do jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual o número de empregos domésticos formais cresceu 1,76% após a promulgação da emenda constitucional que igualou os direitos com os dos demais trabalhadores.

O senador pediu também a liberação da BR-174, que diariamente é fechada na entrada da reserva Waimiri-Atroari, na divisa entre Roraima e Amazonas. Jucá defendeu a construção de um posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) na entrada e na saída da reserva.

## Vão a Plenário regras sobre árbitro de futebol

A CAS confirmou ontem a decisão da CCJ ao rejeitar as alterações feitas pela Câmara dos Deputados no projeto que regulamenta a profissão de árbitro de futebol. A proposta segue para o Plenário do Senado antes de ser encaminhada à sanção.

O PLS 294/2012 foi apresentado pela CPI que, no ano 2000, investigou irregularidades nas associações de futebol, explicou o relator na CAS, Paulo Davim (PV-RN).

A proposta determina que regulamento próprio defina os requisitos para a habilitação de árbitro, assim como prevê a possibilidade de constituição de entidades nacionais e estaduais de árbitros e auxiliares, para recrutamento, formação e prestação de serviços às associações esportivas. O texto tipifica como crime a arbitragem fraudulenta, com punições previstas no Código Penal e no Código de Processo Penal, ficando o árbitro impedido de atuar.

Ana Amélia (PP-RS) assinou que o país tem de “cuidar não só de bonitos estádios, mas das profissões que atuam no futebol”.